

Termo de Referência 37/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2024	200366-DIVISAO DE POLICIA FEDERAL - FOZ DO IGUACU/PR	LUCIANO BASTOS	08/01/2025 14:57 (v 7.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		08388.001622 /2024-45

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços Médico Veterinário e de Tratador de Cães, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serviços veterinários programados - TRATADOR, para atendimento aos cães da DPF /GRA /PR, conforme Termo de Referência e seus anexos	25143	Mês	12	R\$8.500,00	R\$102.000,00
	2	Serviços veterinários programados - VETERINÁRIO, para atendimento aos cães da DPF /GRA/PR, conforme Termo de Referência e seus anexos	14001	Unidade	1	R\$94.940,00	R\$94.940,00

3	Serviços veterinários eventuais - SOB DEMANDA, para atendimento aos cães da DPF/GRA/PR, conforme o deste Termo de Referência e seus anexos	14001	Unidade	1	R\$196.290,69	R\$196.290,69
VALOR TOTAL ANUAL						R\$393.230,69

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade de manter de forma contínua e permanente os cuidados com os cães policiais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a fundamentação contida nos Estudos Técnicos Preliminares.

1.5. Os quantitativos pormenorizados dos serviços que compõe os itens estão discriminados no Anexo IV - Modelo Planilha de Custos, deste Termo de Referência.

1.6. A relação apresentada não é exaustiva, podendo ter a necessidade de prestação de serviços que não foram definidos previamente.

1.7. As quantidades previstas para os serviços sob demanda são meramente estimativas, não constituindo obrigação para a Administração da ordem de execução da sua totalidade, vez que não é possível prever o número exato de serviços. Dessa forma, a contratação se divide em prestação de serviços fixa mensal, além de contratação por regime de execução (Execução por Tarefa).

1.8. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.9. A contratação será formada por 01 (um) grupo, compostos por 03 (três) itens, sendo que não poderá ocorrer a dissociação do grupo, ou seja, o licitante deverá ofertar proposta para todos os itens do Grupo.

1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e Anexo IV - Modelo Planilha de Custos, apêndices deste Termo de Referência.

2.2. A contratação de Empresa (Pessoa Jurídica) de Serviço Veterinário deve atender às necessidades da Unidade de Cães de Serviço da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR, os cães pertencentes à Polícia Federal, as suas unidades descentralizadas, bem como cães em operação conjunta, quando em trânsito pela Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR, de acordo com as normas regulamentadas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, para execução dos procedimentos médicos veterinários, rotineiros e eventuais, e de tratador de cães, conforme as disposições contidas neste Termo de Referência, e seus anexos.

2.3. A contratação dos serviços, na quantidade e especificações constantes deste Termo de Referência, tem como objetivo atender à demanda do serviço médico veterinário e dos cuidados diários com os cães, levando em consideração o quantitativo de cães na carga da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR.

2.4. Considerando a necessidade de aprimorar o exercício das atribuições constitucionais concernentes à Polícia Federal, conforme Portaria nº 15.968-DG/DPF, de 16 de fevereiro de 2022, publicada no Boletim de Serviço nº 034 de 17 de fevereiro de 2022, cujo objetivo é “disciplinar as atividades especializadas do Serviço Especial de Canil Central – SECAN e estabelecer os procedimentos operacionais e administrativos dos Canis Regionais”, e ainda o combate do crescente tráfico de drogas em suas circunscrições, bem como, o apoio aos demais órgãos ligados à segurança pública, quando solicitado, ou mesmo, a participação em campanhas educativas em escolas, através de demonstrações de buscas com os cães e orientações dos respectivos condutores dos cães.

2.5. Considerando ainda, que o atual Contrato de Prestação de Serviço Veterinário firmado com esta Delegacia está quase a termo;

2.6. Considerando as diretrizes relativas à proteção e à defesa dos animais, bem como à prevenção e ao controle de zoonoses no Estado do Paraná;

2.7. Considerando a obrigatoriedade de cumprir as determinações do Decreto Federal nº 24.645 de 10 de julho de 1934 (Lei de

Proteção de Proteção aos Animais, bem como, o respeito à Declaração Universal dos Direitos dos Animais;

2.8. Considerando a obrigatoriedade de cumprir as determinações da Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV nº 1275 de 25 de junho de 2019, que conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências;

2.9. Faz-se necessária a contratação, objeto deste Termo de Referência, de forma continuada, para que os cães executem o serviço a eles destinados, mantendo-os em perfeito estado de saúde e bem-estar, de acordo com as exigências da instituição e da legislação em vigor.

2.10. A cidade de Guaíra vem passando por situações envolvendo a economia que impactaram o comércio local. Dessa forma empresas veterinárias que atuam na cidade também sofreram esse impacto, diminuíram seu quadro de funcionários e deixarão de prestar alguns serviços, como o funcionamento 24h e internação;

2.11. Os cães de trabalho Policial são expostos a várias situações de risco juntamente com seus operadores, dada a natureza dos seus serviços;

2.12. O serviço de cães nessa região de fronteira é indispensável para o enfrentamento a criminalidade, considerado como ponto focal pelo Órgão Central - SECAN, desde sua instalação em 2009.

Desde então, o Canil se consolidou com grandes apreensões de drogas, rotinas de fiscalizações e com investimentos, como a construção de novas instalações, melhorias e aquisição de cães. Alguns projetos com o reconhecimento e parceria da Justiça Federal e Ministério Público;

2.13. Durante os quase 15 anos da existência do Canil da Polícia Federal em Guaíra, foram registradas diversas ocorrências onde o atendimento urgente ou emergencial, aos animais, foi primordial para a sobrevivência dos cães;

2.14. Casos como envenenamento, picadas de animais peçonhentos, lesões, sangramento massivo, torção gástrica, reações alérgicas, exigem o pronto atendimento;

2.15. A cidade de Guaíra não dispõe mais de empresa que realize esses serviços durante 24 horas por dia todos os dias da semana. Após diligências, foi detectado que o polo mais próximo da sede do Canil da Polícia Federal em Guaíra, que possui clínicas veterinárias com atendimento cirúrgico e internação 24 horas em conformidade com o CFMV, encontra-se a 110 Km;

2.16. Considerando que o tempo é fator crucial em atendimento de emergência e que este deslocamento em veículo de emergência até este polo de clínicas veterinárias demora cerca de 01 (uma) hora, concluiu-se pela necessidade da empresa vencedora se estabelecer na cidade de Guaíra/PR ou subcontratar profissional, empresa ou empresas localizadas no máximo a 10 km da sede do Canil da Polícia Federal em Guaíra, para fazer o primeiro atendimento e estabilização do paciente a fim de prepará-lo, caso necessário, para o deslocamento a sede da contratada;

2.17. Este serviço foi inserido na Planilha de Custos denominado "Plantão mensal em regime de SOBREAVISO 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) na cidade de Guaíra/PR, para atendimento emergencial", uma vez que a Contratada deverá prestar esse serviço ou subcontratar empresa local para esta finalidade, de acordo com o Item 4.9 – Subcontratação.

2.18. O que diferencia os requisitos da Contratada e da Subcontratada é:

a) a contratada deve possuir Certificado de Funcionamento como estabelecimento de CLÍNICA VETERINÁRIA ou HOSPITAL VETERINÁRIO, conforme arts. 8º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento cirúrgico e internação 24 horas; cujas opções de internação em período integral e de atendimento cirúrgico deverão ser expressamente declaradas por ocasião de seu registro no Sistema CFMV/CRMVs. (Neste caso a Clínica se mantém aberta oferecendo todos os serviços as 24 horas, em conformidade com o CFMV/CRMV).

b) Já a Subcontratada deve possuir Certificado de Médico Veterinário autônomo, estabelecimento com funcionamento de Ambulatório veterinário, Consultório veterinário, Clínica veterinária ou Hospital veterinário, conforme arts. 3º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento de plantão emergencial 24 horas, em domicílio, mesmo que exclusivo para os cães da contratante. (Neste caso o estabelecimento se mantém oferecendo todos os serviços durante horário comercial.

Quando fechado, o veterinário responsável permanece no plantão 24 horas em regime de sobreaviso para atendimento emergencial em domicílio sob acionamento, em conformidade com o CFMV/CRMV);

2.19. Caso a Contratada tenha sede ou venha futuramente a ter sede ou subcontrate empresa na cidade de Guaíra, possuindo Certificado de Funcionamento como estabelecimento de CLÍNICA VETERINÁRIA ou HOSPITAL VETERINÁRIO, conforme arts. 8º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento cirúrgico e internação 24 horas; cujas opções de internação em período integral e de atendimento cirúrgico deverão ser expressamente declaradas por ocasião de seu registro no Sistema CFMV/CRMVs, não fará jus ao recebimento referente ao "item 5.1.1.4 letra e - Plantão mensal em regime de sobreaviso 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) na cidade de Guaíra / PR, para atendimento emergencial"; (A suspensão ou o não pagamento deste item se justifica pelo fato da Clínica que faz a opção em oferecer o atendimento cirúrgico e internação 24 horas, o faz de maneira igualitária a todos os seus clientes, não sendo fato adicional que venha onerá-la exclusivamente quando prestar atendimento ao canil da Polícia Federal).

2.20. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir.

I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000021/2025;

II - Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III - Id do item no PCA: 112;

IV - Classe/Grupo: 932 - SERVIÇOS DE VETERINÁRIA;

V - Identificador da Futura Contratação: 200366-1/2025;

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de Serviço Médico Veterinário e de Tratador Diário para suprimento da demanda de manutenção da saúde dos cães de trabalho da Polícia Federal, mediante procedimento licitatório para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos serviços pretendidos por tarefa, nas especificações e condições descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

3.3. Considerando a especificidade da contratação, bem como o alto grau de responsabilidade no cuidado dos animais, que são patrimônio da União, os itens da planilha de formação de preços foram agrupados, o que evita o “jogo de responsabilidades” e, ao mesmo tempo, proporciona maior eficiência na fiscalização e na apuração de quaisquer eventos na qualidade dos atendimentos referentes a qualquer um dos itens licitados.

3.4. O objeto é formado por 01 (um) grupo, compostos por 03 (três) itens em função da interrelação entre os mesmos, sendo que não poderá ocorrer a dissociação do grupo, ou seja, o licitante deverá ofertar proposta para todos os itens do Grupo.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. É necessário que a empresa que prestará os serviços tenha sede ou filial, ou ainda, o local de atendimento distante no máximo 110 km (cento e dez quilômetros) da sede da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR e que disponha de atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados com internação em período integral e de atendimento cirúrgico; e que subcontrate médico veterinário autônomo ou empresa para realização de atendimento de plantão 24h localizada em uma distância de no máximo 10 km (dez quilômetros) da sede do Canil da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR.

4.2. A contratação de empresa que atenda o animal em localidades com distâncias superiores a 110 km (cento e dez quilômetros) e subcontratação de empresa que prestem os primeiros atendimentos a distâncias superiores a 10 km (dez quilômetros) pode causar prejuízos ao Canil da Polícia Federal por impossibilitar deslocamentos urgentes em curto espaço de tempo.

4.3. Antes da assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá apresentar à CONTRATANTE o Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária dos profissionais e Clínicas veterinárias que irá contratar e ou subcontratar.

4.4. A Contratada deve se comprometer a realizar curso de APH K9 Policial (Atendimento pré Hospitalar Canino) por profissional habilitado com Curso de Certificação em atendimento de Trauma em Pequenos Animais; Conhecimento em atendimento de emergências com cães (atendimento pré-hospitalar); dominar as diretrizes de Cuidados Táticos á Campo com cães, conhecer, saber aplicar e instruir sobre materiais direcionados ao APH tático K9 e as diretrizes relacionadas ao protocolo MMARCH, aos veterinários, aos operadores, tratadores e demais profissionais envolvidos nos serviços de atendimento aos cães e ainda fornecer kits básicos de APH K9 para uso na sede do canil e na viatura de serviço K9, em um prazo de até 60 dias após o início do contrato.

SUSTENTABILIDADE

4.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.5.1. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

4.5.2. Os serviços a serem executados deverão ainda obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas: a) Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

b) Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; c) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

4.5.3. A contratada deverá utilizar produtos que estejam em conformidade com as Norma Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas ao critério de sustentabilidade ambiental.

4.5.4. Os materiais e produtos utilizados na limpeza dos boxes, como desinfetantes e produtos para controle de ectoparasitos e

outros necessários, deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar, quando notificada a qualquer tempo durante a execução do contrato, que a fabricação do produto:

4.5.4.1. Utiliza, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;

4.5.4.2. Utiliza materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.6. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas neste Termo de Referência e Estudos Técnicos Preliminares:

4.6.1. As vacinas deverão ser de laboratórios que comercializem exclusivamente para clínicas, consultórios e hospitais veterinários, ou seja, vacinas éticas, não se aceitando vacinas comerciais;

4.6.2. As vacinas deverão ser de um dos seguintes laboratórios: ZOETIS, FORT DODGE;

PFIZER, MERIAL, INTERVET ou SCHERING, ou outros que as produzam com qualidade similar aos citados.

4.6.3. Os antiparasitários orais para realizar proteção contínua contra carrapatos, pulgas e sarnas deverão ser de um dos seguintes laboratórios: Boehringer Ingelheim, MSD ou ZOETIS ou outros que as produzam com qualidade similar aos citados.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.7. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

4.8. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.8.1. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação, a qual consiste em:

(Serviços Médicos Veterinários), exceto os serviços referente a Plantão mensal em regime de SOBREAVISO 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) na cidade de Guaíra/PR, para atendimento emergencial" e Serviços de Tratador.

4.8.2. A subcontratação fica limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato.

4.9. À subcontratada cabe o plantão 24 horas e o imediato atendimento emergencial, na cidade de Guaíra/PR, a fim de realizar os primeiros socorros e estabilizar o paciente para remoção a sede da contratada, quando o paciente apresentar condições de ser removido juntamente com a assistência do médico veterinário que estiver realizando o atendimento.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.12. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores.

4.13. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.13.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no §1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.13.2. Apresentar empresa subcontratada cujo responsável técnico tenha a mesma capacidade técnica exigida para a Habilitação.

4.13.3. Substituir a subcontratada, imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.17. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.18. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

VISTORIA

4.19. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:30 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

4.20. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21. 4.15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.21.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

4.21.2. A vistoria, caso o licitante deseje realizar, deverá ser agendada 24 (vinte e quatro) horas antes da visita, através do

seguinte contato: **Delegacia de Polícia Federal em Guaíra, telefone (44) 3211-1916.**

4.22. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.23. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: na assinatura do contrato.

5.1.1.1. A execução dos serviços médicos veterinários programados de veterinário e os eventuais sob demanda será iniciada após assinatura do contrato e emissão da primeira Ordem de Serviço, em função das demandas relativas aos procedimentos profiláticos e eventuais, ligados a manutenção da saúde dos animais de trabalho da PF.

5.1.2. Os serviços serão executados considerando o quantitativo de **03 (três) cães de médio e/ou grande porte e 06 (seis) baías.**

5.1.3. SERVIÇOS PROGRAMADOS OU CONTÍNUOS (TRATADOR):

5.1.3.1. Serviços diários (incluindo sábados, domingos e feriados):

- a) Pelo menos, duas vezes ao dia, lavar, e manter limpos, com uso de mangueira e/ou lava jato, os boxes e áreas adjacentes, incluindo pisos e paredes;
- b) Pelo menos, duas vezes ao dia, retirar fezes e urina, vômitos, insetos e outras secreções e excrementos, visando assim manter a higiene, a saúde dos cães, como também prevenir a proliferação de doenças;
- c) Pelo menos, duas vezes ao dia, após as refeições, lavar os comedouros e bebedouros com água e sabão;
- d) Pelo menos, duas vezes ao dia, limpar e desinfetar todos os materiais de uso veterinário;
- e) Pelo menos, duas vezes ao dia, limpar e desinfetar a sala de inspeção e tratamento dos cães;
- f) Fazer anotações diárias em ficha própria de controle individual de cães;
- g) Rasquear os cães, bem como promover a remoção dos ectoparasitos;
- h) Efetuar a alimentação dos cães com a quantidade de ração previamente descrita e orientada pelo médico veterinário, em gramas e em horários pré-estabelecidos;
- i) Abastecer de água os bebedouros à disposição dos cães;
- j) Ministrando medicamentos seguindo a receita e a orientação do médico veterinário, que deverá estar anotado no quadro de medicamentos;
- k) Anotar e comunicar ao médico veterinário ou responsável pelo setor, quando uma cadela entrar no cio, ou qualquer situação que necessite de uma avaliação clínica. No caso de uma cadela entrar no cio, a mesma deverá ser isolada dos outros animais.

5.1.3.2. Serviços semanais:

- a) Fazer limpeza geral de todos os boxes com o uso de lava a jato, água quente e desinfetante, bem como nas canaletas, áreas adjacentes, pisos, paredes e tetos;
- b) Aplicar produtos para controle de ectoparasitas em todos os boxes, áreas adjacentes, pisos, paredes e gramados em volta do canil.

5.1.3.3. Serviços mensais:

- a) Passar vassoura de fogo em todos os boxes e nas áreas adjacentes, incluindo pisos, paredes e tetos;
- b) Manter controle de peso dos animais, pesando-os em balança própria no mínimo uma vez ao mês, e adequar a quantidade de ração dada aos animais.

5.1.4. SERVIÇOS PROGRAMADOS OU CONTÍNUOS (VETERINÁRIO):

5.1.4.1. Serviços mensais:

- a) Visita do médico veterinário ao canil da CONTRATANTE, para acompanhamento;

5.1.4.2. Serviços semestrais:

- a) Realizar hemograma completo com pesquisa de hematozoários, função renal (ureia e creatinina) e hepática (ALT ou TGP e FA), sempre nos meses de março e setembro;
- b) Realizar avaliação veterinária sobre a necessidade de tratamento periodontal, sempre nos meses de março e setembro. Se na avaliação for comprovada a necessidade, realizar a limpeza da placa dentária.

5.1.4.3. Serviços anuais:

- a) Realizar vacinação dos cães adultos anualmente com as seguintes vacinas: Polivalente, antirrábica, traqueobronquite e leishmaniose, giardíase e dirofilariose. (Devendo ser avaliado junto ao Médico veterinário as necessidades tendo em vista fatores de regionalidade).

5.1.4.4. Outros serviços:

- a) Sempre que necessário, serão emitidos pelo médico veterinário atestado de saúde animal, para que os mesmos possam viajar;
- b) A cada dois meses, os cães deverão ser consultados pelo médico veterinário;
- c) Realizar vermifugação nos cães, sempre nos meses de fevereiro, junho e outubro. Além disso, vermifugar os cães também quando o médico veterinário achar necessário;
- d) Os banhos nos cães deverão ser realizados, a cada 15 (quinze) dias, com xampu neutro (medicinal ou não), carrapaticida ou outro produto de conformidade com a prescrição do médico veterinário.
- e) Plantão mensal em regime de sobreaviso 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) na cidade de Guaíra / PR, para atendimento emergencial. (Realizado pela contratada ou através de subcontratação);
- f) Realizar anualmente curso de APH K9 Policial, por profissional habilitado, para os operadores, tratadores e demais profissionais envolvidos diretamente nos serviços de atendimento aos cães.
- g) Realizar proteção contínua contra carrapatos, pulgas e sarnas através de antiparasitário oral, de acordo com as especificações do produto;

5.1.5. SERVIÇOS EVENTUAIS:

5.1.5.1. Os serviços eventuais deverão ser executados sempre que for necessário.

5.1.5.2. SUBITEM I - Procedimentos de Diagnóstico por Imagem e Exames Veterinários

- Radiografias em cães;
- Radiografias e laudos de displasia de cotovelo;
- Radiografias e laudos de displasia coxofemoral;
- Radiografias e laudos de coluna cervical, lombar e torácica;
- Ultrassonografia;

5.1.5.3. SUBITEM II – Procedimentos Clínicos, Cirúrgicos e Ambulatoriais nas seguintes áreas Veterinárias

- Clínica e cirurgia ortopédica:
- Consulta ortopédica;
- Redução de fraturas;
- Resoluções de afecções de ligamentos;
- Tratamento cirúrgico da Displasia de Cotovelo;
- Cirurgia de tecidos moles:
- Castração;
- Hernia diafragmática;
- Orquiectomia terapêutica;
- Otohematoma;
- Piometra;
- Torção gástrica.
- Cirurgias e procedimentos odontológicos:
- Consulta odontológica;
- Tratamento de canal;
- Tratamento periodontal com presença de doença;
- Extração dentária;
- Clínica e cirurgia oncológica;
- Consulta oncológica;
- Exérese de tumor;
- Quimioterapia (sessão);
- Clínica e cirurgia oftálmica:
- Consulta oftálmica;
- Flap de terceira pálpebra;
- Correção de protusão de glândula lacrimal;
- Anestesiologia:
- Anestesia epidural;
- Anestesia geral injetável;
- Bloqueio anestésico;
- Sedação;
- Fisioterapia:
- Fisioterapia pós operatória intensiva;
- Cardiologia:
- Consulta cardiológica;
- Eletrocardiograma;
- Ecocardiograma;

5.1.5.4. SUBITEM III – Procedimentos de Patologia Clínica Veterinária

- Hematologia;
- Hemograma completo;
- Hemograma com pesquisa de hematozoários;
- Contagem de reticulócitos;
- Bioquímica:
- Ácido úrico;
- ALT/TGP;
- Amilase;
- AST/TGO;
- Bilirrubina frações;
- Bilirrubina total;
- Cálcio;
- CK (creatinaquinase)
- Colesterol;
- Creatinina;
- Fosfatase alcalina;
- Fósforo;
- GGT;
- Glicose;
- Potássio;
- Lipase;
- Proteínas totais;
- Triglicérides;
- Uréia
- Urinálise:
- Urinálise completa (EAS – químico, físico, sedimentos);
- Parasitologia (Exame de fezes):
- Método Willys-Mollay;
- Método Faust;
- Microscopia:
- Raspado de pele;
- Imprint;
- Micológico;
- Cultura e antibiograma;
- Dosagem hormonal:
- TSH;
- T3;
- T4;
- Testosterona;
- Progesterona;
- Estradiol;
- Imunologia e sorologia:
- PCR:
- Leishmaniose;
- Anatomia Patológica (histopatologia):
- Biópsia;
- Medicina Legal:
- Necrópsia;

5.1.5.5. SUBITEM IV – Procedimentos de Clínica e de Emergência Veterinária

- Emergência
- Aplicação de convenia (ml)
- Controle vetorial contra o mosquito transmissor da leishmaniose, com colocação nos animais de coleiras de deltametrina a 4% e a sua troca a cada 03 (três) meses;
- Fornecimento de Kit APH K9 Policial;
- Consulta;
- Consulta emergência;
- Coleta de material para exame;
- Emissão do Atestado Sanitário para o Trânsito de Cães e Gatos;
- Eutanásia;
- Fluidoterapia;
- Cremação;

- Internação;
- Lavagem gástrica;
- Medicação endovenosa;
- Medicação intravascular;
- Medicação oral;
- Medicação subcutânea;
- Medicação tópica;
- Miíase;
- Sutura de pele;
- Vacinação raiva;
- Vacinação contra traqueobronquite;
- Vacinação contra leishmaniose;
- Vacinação contra Giárdia
- Vacinação contra dirofilariose (Verme do Coração)
- Vacinação polivalente;
- Serviço de traslado de animais na distância de até 1.000km (cobrança por quilômetro rodado (ida e volta). Ex: vlr do Km rodado = 1,00 (Logo 2.000km*1,00 = 2.000,00. Valor da proposta será R\$ 2.000,00)

5.1.6. Os cães da Polícia Federal, de outras descentralizadas e outras forças em operação conjunta, enquanto estiverem na comarca de Guaira, usufruirão dos serviços relacionados nos parágrafos 5.1.3 (tratador) e 5.1.4 (apenas os serviços mensais e outros serviços), e os descritos no parágrafo 5.1.5 (Serviços Eventuais) deste Termo de Referência, conforme necessidade e cobrados de acordo com a tabela constante da proposta de preços CONTRATADA para cada procedimento.

5.1.7. Os serviços e exames não elencados neste Termo de Referência e que, sem esses, poderá gerar grave risco à saúde do animal, serão avaliados e autorizados pelo fiscal do contrato.

5.1.8. TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS:

- a) Realizar, em todo animal que for submetido a procedimento cirúrgico e anestésico, os seguintes exames preparatórios: hemograma completo, TGO (AST), TGP (ALT), uréia e creatinina, ECG (em animais acima de 5 anos) e outros que sejam necessários;
- b) Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados por um cirurgião, um auxiliar e um anestesista, Médicos Veterinários graduados, especializados em sua respectiva área;
- c) O cirurgião deverá explicar a técnica a ser realizada;
- d) O anestesista deverá apresentar o protocolo anestésico completo, incluindo a medicação pré-anestésica, a droga de indução, a anestesia (droga de manutenção), a droga de recuperação (se usada) e seus respectivos antagonistas. Deverá, antes de iniciado o procedimento, ter as devidas drogas de emergência em fácil acesso e com suas respectivas doses calculadas, excetuando-se os casos emergenciais;
- e) O médico veterinário credenciado pelo contratado que não estiver fazendo os serviços a contento da contratante deverá ser substituído, a qualquer tempo a pedido de um dos responsáveis por esta Unidade de Cães de Serviço.
- f) Emitir relatórios mensais com os procedimentos realizados, assim como com os medicamentos utilizados;
- g) Os animais internados somente poderão ser medicados e submetidos à coleta de materiais laboratoriais por Médico Veterinário;
- h) As vacinas deverão ser de laboratórios que comercializem exclusivamente para clínicas, consultórios e hospitais veterinários, ou seja, vacinas éticas, não se aceitando vacinas comerciais;
- i) As vacinas deverão ser de um dos seguintes laboratórios: ZOETIS, FORT DODGE; PFIZER, MERIAL, INTERVET ou SCHERING, ou outros que as produzam com qualidade similar aos citados.
- j) Os antiparasitários orais para realizar proteção contínua contra carrapatos, pulgas e sarnas deverão ser de um dos seguintes laboratórios: Boehringer Ingelheim, MSD ou ZOETIS ou outros que as produzam com qualidade similar aos citados.
- k) Os procedimentos profiláticos a serem realizados, deverão seguir o calendário desta unidade.

5.1.9. O estabelecimento fornecedor dos serviços eventuais elencados nos procedimentos de clínica e de emergência veterinária também deverá ter atendimento cirúrgico e internação 24 (vinte e quatro) horas. Os procedimentos de emergência deverão ser executados, de imediato, sendo, portanto obrigatória, durante o período contratual, a manutenção de instalações físicas distante no máximo 110 km (cento e dez quilômetros) da sede da Delegacia de Polícia Federal em Guaira/PR e disponha de atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados com internação em período integral e de atendimento cirúrgico e subcontrate empresa ou Médico Veterinário para realização de atendimento emergencial de plantão 24h localizada na cidade de Guaira/PR – GRUPO 1, com capacidade para a realização desse tipo de atendimento.

5.1.10. O estabelecimento em que os cães forem submetidos a procedimentos cirúrgicos ou internação deverá elaborar um Relatório de Recebimento, informando as condições físicas que o cão se encontra, no momento do ingresso no estabelecimento.

5.1.11. Todos os procedimentos deverão ser realizados por profissionais especializados.

5.1.12. A CONTRATADA deverá ter registro no Conselho de Medicina Veterinária e estar em conformidade com a Resolução Nº 1.275, de 25 de Junho de 2019 do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV.

5.1.13. As capacidades estruturais e técnicas dos estabelecimentos (contratada e subcontratadas), bem como, documentos

comprobatórios dos seus respectivos profissionais, deverão ser comprovados mediante vistoria por junta de servidores a ser designada pelo Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu-PR, que fará relatório de vistoria apurando as seguintes comprovações:

- 5.1.13.1. ambiente de recepção e espera;
- 5.1.13.2. arquivo médico físico ou informatizado;
- 5.1.13.3. recinto sanitário para uso do público, podendo ser considerados aqueles que integram um Condomínio ou Centro Comercial onde já existam banheiros públicos compartilhados, ou, ainda, quando integrar uma mesma estrutura física compartilhada com estabelecimentos médico-veterinários;
- 5.1.13.4. balança para pesagem dos animais;
- 5.1.13.5. sala de atendimento contendo:
 - a) mesa impermeável para atendimento;
 - b) pia de higienização;
 - c) unidade de refrigeração exclusiva de vacinas, antígenos, medicamentos e outros materiais biológicos;
 - d) armário próprio para equipamentos e medicamentos.
- 5.1.13.6. Setor de sustentação contendo:
 - a) lavanderia, que pode ser suprimida quando o estabelecimento terceirizar este serviço, o que deve ser comprovado por meio de contrato/convênio com empresa prestadora do serviço;
 - c) depósito de material de limpeza ou almoxarifado;
 - d) ambiente para descanso e alimentação do médico-veterinário e dos funcionários;
 - e) sanitários/vestiários compatíveis com o número dos usuários;
 - f) local de estocagem de medicamentos e materiais de consumo;
 - g) unidade refrigerada exclusiva para conservação de animais mortos e resíduos biológicos;
- 5.1.13.7. O atendimento cirúrgico, deverá dispor de:

- a) ambiente para preparo do paciente contendo mesa impermeável;
- b) ambiente de recuperação do paciente contendo:

- 1. provisão de oxigênio;
- 2. sistema de aquecimento para o paciente.

- c) ambiente de antisepsia e paramentação imediatamente adjacente à sala de cirurgia, com pia e dispositivo dispensador de detergente e torneiras acionáveis por fotossensor, ou através do cotovelo, joelho ou pé;
- d) sala de lavagem e esterilização de materiais contendo equipamentos para lavagem, secagem e esterilização de materiais por autoclavagem, com as devidas barreiras físicas;
- e) sala de cirurgia contendo:

- 1. mesa cirúrgica impermeável;
- 2. equipamentos para anestesia;
- 3. sistema de iluminação emergencial própria;
- 4. foco cirúrgico;
- 5. instrumental para cirurgia em qualidade e quantidade adequadas à rotina;
- 6. mesa auxiliar;
- 7. paredes e pisos de fácil higienização, observada a legislação sanitária pertinente;
- 8. provisão de oxigênio;
- 9. sistema de aquecimento para o paciente;
- 10. equipamentos para intubação e suporte ventilatório.
- 11. equipamentos de monitoração que forneçam, no mínimo, os seguintes parâmetros: temperatura, oximetria, pressão arterial e frequência cardíaca;

5.1.13.8. no serviço de internação, a sala deverá dispor de:

- a) mesa impermeável;
- b) pia de higienização;
- c) ambiente para higienização do paciente com disponibilização de água corrente;
- d) baias, boxes ou outras acomodações individuais compatíveis com os pacientes a serem internados e de fácil higienização, obedecidas as normas sanitárias vigentes;
- e) armário para guarda de medicamentos e materiais descartáveis necessários ao seu funcionamento;
- f) sistema de aquecimento para o paciente.

5.1.13.9. A recuperação dos pacientes pode ocorrer, também, no ambiente cirúrgico ou na sala de internação.

5.1.13.10. A sala de lavagem e esterilização de materiais pode ser suprimida quando o estabelecimento terceirizar estes serviços, comprovada pela apresentação de contrato/convênio com a empresa prestadora dos serviços terceirizados;

5.1.14. A empresa deve possuir ou se compromete a contratar, após a assinatura do contrato, profissionais especializados na área de veterinária com as mesmas características exigidas na habilitação; Assim como indicação formal de médico veterinário ou da

(s) Clínica(s) Subcontratada(s) que fará(ão) o plantão emergencial 24 horas na cidade de Guaíra.

5.1.15. A empresa deverá estar localizada no máximo a 110 km de Guaíra/PR e subcontratar às suas expensas médico veterinário ou Clínica Veterinária de plantão na cidade de Guaíra.

5.1.16. Em algumas situações em que a CONTRATADA não possua profissional, máquina/equipamento ou sala para algum tipo de procedimento cirúrgico especializado, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente e imediatamente, subcontratar às suas expensas outra empresa para receber o animal, com prévia anuência e acompanhamento do CONTRATANTE com observação dos critérios estabelecidos no item 4.9 – SUBCONTRATAÇÃO, deste Termo de Referência.

5.1.17. A subcontratada deverá possuir todo material e equipamento para o atendimento emergencial e suporte a vida como (Oxigênio, fármacos, sistema de aquecimento para o paciente, equipamentos para intubação e suporte ventilatório, equipamentos de monitoração em conformidade com Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV), a fim de preparar e manter o paciente em condições de deslocamento para sede da contratada.

5.1.18. O que diferencia os requisitos da Contratada e da Subcontratada é que a contratada deve possuir Certificado de Funcionamento como estabelecimento de CLÍNICA VETERINÁRIA ou HOSPITAL VETERINÁRIO, conforme arts. 8º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento cirúrgico e internação 24 horas; cujas opções de internação em período integral e de atendimento cirúrgico deverão ser expressamente declaradas por ocasião de seu registro no Sistema CFMV/CRMVs. Já a Subcontratada deve possuir Certificado de Médico Veterinário autônomo, estabelecimento com funcionamento de Ambulatório veterinário, Consultório veterinário, Clínica veterinária ou Hospital veterinário, conforme arts. 3º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento **de plantão emergencial 24 horas, em domicílio**, mesmo que exclusivo para os cães da contratante.

5.1.19. Caso a Contratada tenha sede ou venha futuramente a ter sede ou subcontrate empresa na cidade de Guaíra, possuindo Certificado de Funcionamento como estabelecimento de CLÍNICA VETERINÁRIA ou HOSPITAL VETERINÁRIO, conforme arts. 8º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento cirúrgico e internação 24 horas; cujas opções de internação em período integral e de atendimento cirúrgico deverão ser expressamente declaradas por ocasião de seu registro no Sistema CFMV/CRMVs, não fará jus ao recebimento referente ao item "5.1.4.4 letra e - Plantão mensal em regime de sobreaviso 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) na cidade de Guaíra / PR, para atendimento emergencial.";

5.1.20. Todos os materiais e medicamentos necessários para a prestação dos serviços relacionados nos itens 01 e 02 (Programados) e 03 (Eventuais) deverão ser fornecidos pela empresa contratada, exceto os procedimentos de Medicação endovenosa, Medicação intravascular, Medicação oral, Medicação subcutânea e Medicação tópica, especificados no Anexo IV, em que a medicação utilizada será cobrada a parte conforme a necessidade do animal.

5.1.21. O serviço de traslado de animais na distância de até 2.000km, será exclusivo, após avaliação do Fiscal do Contrato para serviços não elencados neste Termo de Referência e que possam gerar grave risco à saúde do animal. Sendo pago por quilômetro rodado (ida e volta) conforme valores demonstrados na planilha de formação de preços do CONTRATADO.

5.1.22. Os procedimentos considerados regulares serão requisitados preferencialmente entre o horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, podendo, em casos emergenciais, serem requisitados serviços a qualquer hora e em qualquer dia da semana.

5.1.23. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas instalações da empresa contratada, ou ainda eventualmente em outros estabelecimentos no raio de atuação designado conforme este Termo de Referência, com o conhecimento prévio e autorização por parte da Fiscalização, podendo eventualmente ser requisitado o atendimento na sede do setor demandante, em função de alguma necessidade eventual específica, sem ônus adicional para o Contratante.

5.1.24. Os cães serão levados pelo Contratante até o estabelecimento onde será realizado o procedimento, podendo eventualmente, em casos de necessidade, ser solicitada coleta do animal na sede do demandante.

5.1.25. Todos os procedimentos e laudos deverão ser realizados por profissional especializado, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, e nos casos em que a Contratada não dispuser de profissional qualificado, deverá ser realizado o encaminhamento a um especialista, com o conhecimento prévio e aprovação por parte da Fiscalização e às expensas da Contratada.

5.1.26. Os procedimentos profiláticos deverão seguir um cronograma a ser definido pela área demandante desta contratação de acordo com a variação da demanda observada, visando sempre à manutenção e prevenção da saúde dos cães e ao cumprimento das obrigações definidas no Edital e seus anexos.

5.1.27. Os procedimentos considerados emergenciais pela área demandante deverão ter pronto atendimento e prioridade no atendimento sobre outros casos não emergenciais;

5.1.28. Os procedimentos cirúrgicos poderão ser acompanhados pelos tutores, fiscais ou servidores atuantes na área demandante desta contratação e deverão ser realizados por uma equipe mínima formada por um cirurgião, um auxiliar e um anestesta, todos médicos veterinários graduados, especializados em sua respectiva área;

5.1.29. Deverão ser emitidos relatórios mensais com os procedimentos realizados, assim como com os medicamentos utilizados;

5.1.30. Os animais internados somente poderão ser medicados e sujeitos à coleta de materiais para exames laboratoriais por profissional graduado em medicina veterinária.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Canil Regional da Delegacia de Polícia Federal de Guairá/PR: Av. Beira Rio, 55, Centro, Guairá/PR, CEP: 85.980-000
- 5.3. Por conveniência do serviço, o local de execução do mesmo poderá ser alterado, contudo, caso seja necessário a mudança, não caberá à contratada qualquer tipo de compensação pecuniária, ressalvada às de observância legal.
- 5.4. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: Serviços programados, das 08:00h às 18:00h. Já para os serviços emergenciais e de plantão, deverão ser prestados 24 horas por dia e 7 dias por semana.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

- 5.5. A execução contratual observará as rotinas detalhadas nos itens 5.1.3 e 5.1.4 deste documento.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1. O hospital ou clínica veterinária deverá possuir todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços relacionados no item 5, ou assumir às suas expensas, a subcontratação de outro hospital que possibilite, no mínimo, a execução dos serviços relacionados às especialidades e procedimentos descritos abaixo:

5.6.1.1. Laboratório de Análises Clínicas;

5.6.1.2. Clínica Geral;

5.6.1.3. Clínica Cirúrgica

5.6.1.4. Rinoscopia e Broncoscopia;

5.6.1.5. Laparoscopia e Toracoscopia;

5.6.1.6. Endoscopia;

5.6.1.7. Colonoscopia;

5.6.1.8. Ultrassonografia;

5.6.1.9. Ecocardiografia;

5.6.1.10. Radiologia;

5.6.1.11. Cirurgias articulares;

5.6.1.12. Ortopedia, Traumatologia e cirurgias ortopédicas;

5.6.1.13. Oncologia;

5.6.1.14. Cardiologia;

5.6.1.15. Tratamento de coluna vertebral;

5.6.1.16. Ecografia abdominal e pélvica;

5.6.1.17. Oftalmologia e cirurgias oftalmológicas;

5.6.1.18. Ecografia oftálmica;

5.6.1.19. Ovariohisterectomia (esterilização das fêmeas);

5.6.1.20. Orquiectomia (esterilização dos machos);

5.6.1.21. Cirurgias oncológicas;

5.6.1.22. Anestesiologia;

5.6.1.23. Odontologia;

5.6.1.24. Cirurgia Buco-Maxilar;

5.6.1.25. Tratamento periodontal;

5.6.1.26. Radiologia odontológica;

5.6.1.27. Exodontia;

5.6.1.28. Tratamento endodôntico;

5.6.1.29. Restauração dentária;

5.6.1.30. Tártaro;

5.6.1.31. Remoção veicular;

5.6.1.32. Atendimento domiciliar (Canil da DPF/GRA/PR).

5.6.2. Alguns exames, pela complexidade de sua natureza e custo, poderão exigir prévia autorização da CONTRATANTE.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. Os cães pertencentes ao CANIL da DPF/GRA/PR serão preferencialmente adultos com mais de 12 meses e das raças pastor alemão, pastor belga malinois ou pastor holandês, sendo que, atualmente, conta com 02 (dois) cães adultos de médio/grande porte, podendo ulteriormente aumentar ou diminuir a quantidade de animais das mesmas raças ou outras raças definidas pelo Canil Central.

Já havendo previsão de chegada de um terceiro cão;

O dimensionado para o ITEM 1 - SERVIÇOS PROGRAMADOS OU CONTÍNUOS (TRATADOR DE CÃES) deve levar em

conta uma estimativa de 3 cães, uma vez que os mesmos englobam diversas atividades entre tratamento, limpeza, manejo, liberdade dos cães, de forma que o tempo de execução varia de acordo com a execução das tarefas, pois um cão pode demorar mais do que outros para fazer suas necessidades, assim como pode exigir diversos outros cuidados em dias variados. Além do que este canil possui 6 baias fixas, as quais são todas utilizadas de maneira rotativa para manejo dos cães, assim como recebe cães de outras unidades em operação conjunta. Logo, convencionou-se o valor de serviço fixo mensal estimado, para 3 cães e 6 baias;

5.7.2. O Anexo IV deste Termo de Referência, denominado Modelo Planilha de Custos, deverá ser preenchido e entregue devidamente ajustada ao lance vencedor, atentando-se para os valores máximos admitidos pela Administração.

5.7.3. Os serviços e exames que não foram relacionados neste Termo de Referência e que, sem esses, poderá gerar grave risco à saúde do animal, serão analisados autorizados pelo fiscal do contrato após pesquisa de preços feita pela CONTRATANTE com no mínimo três empresas, podendo serem aceitas apenas duas pesquisas de preços, quando não houver empresas aptas na sede do CONTRATANTE ou quando, justificado por atestado do veterinário, que a saúde do animal não permita demora.

5.7.4. A Contratada é responsável por todos os custos, devendo considerá-los na formulação de sua proposta, de modo que deverá arcar com o eventual subdimensionamento de sua proposta.

5.7.5. Antes da assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá apresentar à CONTRATANTE o Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária dos profissionais graduados contratados.

5.7.6. O início de prestação dos serviços deverá ocorrer em 20/02/2025, tendo em vista o encerramento do contrato atual em 19/02/2025.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22,

VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Qualidade do serviço prestado;

7.3.2. Identificação de ações indesejadas, descritas nas tabelas de ocorrências para os indicadores de avaliação;

7.3.3. Valoração das ocorrências indesejadas com base nos parâmetros do IMR, comunicação ao Contratado e, no caso de não apresentação de defesa ou não acatamento das justificativas apresentadas, glosa no pagamento.

7.3.4. Para os Serviços Programados e Eventuais: A efetiva realização dos serviços listados nos Itens 5.1.4 e 5.1.5, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, verificados pela conferência do Fiscal de Contrato e Atesto de Notas Fiscais referentes aos procedimentos;

7.3.5. Para os Serviços Programados ou Contínuos (Tratador): A efetiva realização dos serviços listados no Item 5.1.3, verificados pelo Fiscal de Contrato quanto ao cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.4. A avaliação prevista no IMR será mensal e deverá ser feita pelo fiscal técnico do contrato e/ou setorial, devendo considerar os seguintes tipos de referenciais para quantificação das ocorrências:

a) Por ocorrência: a quantidade de ocorrências será igual à quantidade de vezes em que o fato foi verificado no mês.

7.5. Como forma de permitir à empresa contratada a devida adaptação aos níveis de serviços, apenas no primeiro mês da prestação dos serviços o Fator de Aceitação (FA) não será aplicado para fins de desconto no valor a faturar.

DO RECEBIMENTO

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.11.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e 7.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela

incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.19.1. o prazo de validade;

7.19.2. a data da emissão;

7.19.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.19.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.19.5. o valor a pagar; e

7.19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.29. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.34. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.35. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.36. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.38. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

REGIME DE EXECUÇÃO

8.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Unitário.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-

Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, ou do município onde é prestado o serviço, atendendo a exigência da lei local, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.21.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.21.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.21.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade, no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná/PR, em conformidade com a Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, do Conselho Federal de Medicina Veterinária;

8.28. Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária, emitido pela Vigilância Sanitária.

8.29. Certificado de Funcionamento como estabelecimento de CLÍNICA VETERINÁRIA ou HOSPITAL VETERINÁRIO, conforme arts. 8º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento cirúrgico e internação 24 horas; cujas opções de internação em período integral e de atendimento cirúrgico deverão ser expressamente declaradas por ocasião de seu registro no Sistema CFMV/CRMVs;

8.30. As empresas a serem contratadas deverão estar em conformidade com a Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019 emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, notadamente no que se refere à clínica veterinária com internação ou hospital, devendo possuir no setor de internamento, quando houver, um local de isolamento para doenças infectocontagiosas;

8.31. Para comprovação da conformidade com o subitem anterior, antes da assinatura do Contrato, as possíveis Contratadas para fornecimento dos serviços elencados serão vistoriadas por junta composta de 02 (dois) servidores a ser designada pelo Chefe da DPF/FIG/PR, os quais emitirão Termo e Vistoria aprovando ou desaprovando, mediante justificativa.

8.32. O médico veterinário responsável técnico deverá possuir, no mínimo, experiência no mercado não inferior a 3 (três) anos, compatível com o objeto do contrato.

Justificativa: O atendimento de cães de trabalho exige do médico veterinário conhecimento na área de cinotecnia e experiência prática específicos; prevendo conhecimento de rotinas de atendimento e manipulação dos cães de trabalho policial que são

inseridas desde o adestramento; Atendimento de Trauma em Pequenos Animais; Conhecimento em atendimento de emergências com cães (atendimento

pré-hospitalar); Conhecer, saber aplicar e instruir sobre materiais direcionados ao APH K9.

8.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.33.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.33.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.33.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 393.230,69

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$393.230,69 (trezentos e noventa e três mil duzentos e trinta reais e sessenta e nove centavos) conforme custos unitários apostos na Tabela com valores unitários máximos de referência.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 00001/200366;

II - Fonte de Recursos: 1000000000;

III - Programa de Trabalho: 172371;

IV - Elemento de Despesa: 339039;

V - Plano Interno: PF99900AG25;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Relação de Anexos

11. ANEXOS

11.1. São anexos deste Termo de Referência:

- I - Estudo Técnico Preliminar
- II - Minuta do contrato;
- III - IMR (Instrumento de Medição de Resultado)
- IV - Modelo Planilha de Custos
- V - Planilha com valores unitários máximos de referência
- VI - Modelo Vistoria ou Declaração;
- VII - Lista de materiais do KIT de APH K9 do CANIL
- VIII - Lista de materiais do KIT de APH K9 da VIATURA

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO BASTOS

Membro da comissão de contratação

CELIO SANTANA LISBOA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - ETP31_2024-1.pdf (92.55 KB)
- Anexo II - Anexo III - IMR_SEI_38706320.pdf (42.67 KB)
- Anexo III - Anexo IV - Modelo Planilha de Custos.zip (26.64 KB)
- Anexo IV - Anexo V - Planilha com valores unitarios maximos de referencia_Rev.pdf (417.53 KB)
- Anexo V - Anexo_VI____Modelo Vistoria ou Declaracao.pdf (106.49 KB)
- Anexo VI - Anexo VII - Lista de materiais do KIT de APH K9 do CANIL (38710107).pdf (314.06 KB)
- Anexo VII - Anexo VIII - Lista de materiais do KIT de APH K9 da VIATURA (38727532).pdf (313.97 KB)
- Anexo VIII - Anexo_II_do_TR_SEI_39047293.pdf (159.39 KB)